

COMUNICADO

O debate público “**Pensar os espaços verdes e o património da cidade do Porto: O caso da iniciativa cidadã em defesa do terreno público e do património ferroviário da Boavista**”, que decorreu na última quinta-feira, dia 5 de Março, na Casa das Artes no Porto, ficou marcado pela presença muito significativa de perto de uma centena de pessoas que, assim, mostraram o seu compromisso com a cidade e o desejo de se envolverem activamente nas decisões que a envolvem.

Foi manifesto o apoio dos participantes para impedir que o projecto do El Corte Inglés de construção de um grande empreendimento comercial e unidade hoteleira nos terrenos da antiga estação ferroviária da Boavista se torne uma realidade nas costas e à revelia dos munícipes.

Modelo de cidade ultrapassado

O debate foi também revelador de como diferentes áreas do saber – a Ecologia, a História e a Geografia Urbana – se encontram numa crítica fundamentada a um modelo de cidade ultrapassado e que ainda confunde desenvolvimento com construção civil e negócios.

José Manuel Lopes Cordeiro e Ricardo Jorge Pinto alertaram para a **importância histórica da antiga estação ferroviária**, para a possibilidade – ainda – de esta ser recuperada e defenderam a sua **classificação e protecção**. Ficou claro para os presentes que nem sempre os critérios para a classificação de edifícios históricos são bem definidos e evidenciou-se a flagrante lacuna no que respeita a imóveis do século XIX, como é o caso da estação ferroviária da Boavista. O seu simbolismo enquanto exemplo do papel da iniciativa privada, à época, para o desenvolvimento urbano, a forma como esta estação contribuiu para a própria organização da cidade, o papel da ferrovia não suficientemente valorizado na história da cidade do Porto e do país, foram alguns dos argumentos apontados.

Um terreno público a manter como público

Os três oradores defenderam de forma muito clara que **um empreendimento ECI não corresponde de forma nenhuma às necessidades dos munícipes nem é a melhor forma de colocar um terreno público ao seu serviço**. Foi questionado o argumento jurídico e financeiro que sobrevaloriza as contratualizações entre sector público e privado, tendo Ricardo Jorge Pinto defendido que a gestão da cidade não deve ficar refém dessas condicionantes. Foi mesmo questionado **até que ponto é admissível que um agente económico privado paralise, sem o utilizar, durante duas décadas, um terreno público em prejuízo da cidade e impedindo o seu usufruto pelos habitantes, permitindo o seu progressivo abandono e degradação**.

Espaços verdes essenciais

Helena Freitas assinalou ainda a **necessidade de protegermos e promovermos espaços verdes nas cidades**, que em Portugal, genericamente, não são de facto os suficientes e não estão adequadamente distribuídos, espaços verdes esses essenciais para que a cidade seja habitável e capaz de enfrentar os desafios das alterações climáticas. Nos dias de hoje, disse, urge levar a natureza à cidade. Defendeu além disso a necessidade de serem encontradas novas forma de participação cívica, que permitam aos cidadãos envolver-se de forma efectiva na gestão da cidade. Falou ainda que esta participação não deve limitar-se à fase de discussão do PDM, sempre curta e de âmbito demasiado genérico. Considerou, a propósito deste movimento específico, que **se um grupo significativo de cidadãos se opõe a um determinado empreendimento esses cidadãos devem ser ouvidos, independentemente do calendário do PDM**.

O limitado envolvimento dos munícipes na gestão da cidade é também consequência da escassa capacidade de acesso à informação, que é um direito nem sempre respeitado por quem tem o dever de o facilitar, nomeadamente a autarquia, e de participação, com grandes entraves colocados pelos procedimentos administrativos. Urge alargar as possibilidades de participação efectiva dos cidadãos na gestão da cidade. **Se os cidadãos se opõem à construção de um EL Corte Inglês num terreno público este posicionamento deve ser levado em linha de conta pelo executivo camarário e pelo Governo, que foram eleitos para servir os cidadãos e não para estar ao serviço de interesses privados.**

Cidadãos interlocutores

O debate constituiu uma manifestação evidente do desejo de muitos cidadãos verem explicados aspectos que permanecem teimosamente por esclarecer por parte das autoridades, quer municipais quer do governo central, e da sua vontade de serem parte na negociação, que está a ser oficialmente conduzida com laivos de secretismo e falta de transparência.

A explicação pública, sem se escudar em preciosismos técnicos e em ocultação de informação crucial, deve ser empreendida com urgência por essas autoridades, aliás no espírito da legislação que consagra o acesso dos cidadãos aos documentos administrativos. Não é admissível que tais autoridades se escusem a fornecê-los. Os cidadãos que integram este Movimento devem poder ser interlocutores dessas autoridades ao mesmo título que empresas como a ECI e a Metro do Porto. São claros os seus interesses: o bem público da população do concelho. Seria conveniente que os outros intervenientes no processo expusessem igualmente os seus, de modo a que ficasse claro onde há e onde não há conflitos de interesse. É essa a expectativa de quem apenas tem em vista **um Porto mais amigo dos seus moradores.**

PENSAR OS ESPAÇOS VERDES E O PATRIMÓNIO DA CIDADE DO PORTO

O caso da iniciativa cidadã em defesa do terreno público e do património ferroviário da Boavista

Oradores(as)

Helena Freitas • Universidade de Coimbra

José Manuel Lopes Cordeiro • Universidade do Minho

Jorge Ricardo Pinto • ISCET / CEGOT

Moderador

João Queirós • IS-UP / ESE-P.PORTO

Debate público • 5 de Março • 17h30 • Casa das Artes • Porto



MOVIMENTO POR UM JARDIM FERROVIÁRIO NA BOAVISTA



Instituto SOCIOLOGIA U.PORTO

REPÚBLICA PORTUGUESA CULTURA

CULTURA NORTE

casa das artes